**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

**RESOLUÇÃO ANP Nº XX, DE XX.XX.2017 - DOU XX.XXXX.2017**

 Altera a regulamentação vigente para incluir o metanol na definição de solvente e tornar mais efetivo o controle da ANP sobre esse produto.

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos incisos I e XVIII, do art.8°, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, alterada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro 2005, e com base na Resolução de Diretoria nº XX, de X de XXX de 2017

Considerando que compete à ANP regular e fiscalizar os produtos que possam ser utilizados para adulterar ou alterar a qualidade de combustíveis, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 1º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999;

Considerando que o metanol tem potencial adulterante da gasolina C e do etanol hidratado combustível;

Considerando a necessidade de aprimorar o controle do metanol nas etapas de produção, importação/exportação, armazenamento, distribuição e movimentação;

Considerando a necessidade de consolidar o entendimento de que o metanol deve ser tratado como solvente,

Resolve:

Art. 1º Fica alterado o inciso IV do art. 2º da Resolução ANP nº 24, de 06 de setembro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .........................................................

..............................................................

[IV -](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm#art2iv) solventes:

a) hidrocarboneto líquido derivado de frações resultantes do refino de petróleo, do processamento de gás natural ou de central de matérias-primas petroquímicas, capaz de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puros ou em misturas, ou com potencial adulterante de combustíveis líquidos, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25ºC e ponto final inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, de querosene de aviação ou de óleo diesel especificados em regulamentação da ANP; ou

b) metanol."

Art. 2º. Ficam alterados os incisos I, II e III art. 2º da Portaria ANP nº 318, de 27 de dezembro de 2001, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º .........................................................

I - solventes:

a) hidrocarboneto líquido derivado de frações resultantes do refino de petróleo, do processamento de gás natural ou de central de matérias-primas petroquímicas, capaz de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puros ou em misturas, ou com potencial adulterante de combustíveis líquidos cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25ºC e ponto final inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, de querosene de aviação ou de óleo diesel especificados em regulamentação da ANP; ou

b) metanol;

II - produtor primário de solventes: pessoa jurídica que produz solventes a partir do fracionamento de petróleo, condensados, gás natural ou carvão, como refinarias e central de matérias-primas petroquímicas;

III - produtor secundário de solventes:

a) pessoa jurídica que utiliza solventes ou naftas como matéria-prima para obtenção de outros solventes por meio de fracionamento; ou

b) pessoa jurídica que produz metanol; e”

Art. 3º. Fica concedido o prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação desta Resolução no Diário Oficial da União, para que o produtor secundário de solventes, que produza metanol, cumpra o disposto na Resolução ANP nº 318, de 27 de dezembro de 2001, podendo este prazo ser prorrogado, justificadamente, nos casos em que dependa exclusivamente da apresentação de documentos compulsórios.

Art. 4º O parágrafo único do art. 1º da Portaria ANP nº 312, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .........................................................

Parágrafo único. Considera-se, para os fins desta Portaria, solventes:

a) hidrocarboneto líquido derivado de frações resultantes do refino de petróleo, do processamento de gás natural ou de central de matérias-primas petroquímicas, capaz de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puros ou em misturas, ou com potencial adulterante de combustíveis líquidos, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25ºC e ponto final inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, de querosene de aviação ou de óleo diesel especificados em regulamentação da ANP; ou

b) metanol.”

Art. 5º O art. 1º da [Portaria ANP nº 171, de 20 de outubro de 199](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm)9, passa a vigorar acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica sujeita à anuência prévia da ANP a importação dos seguintes produtos:

..............................................................

IV – metanol”

Art. 6º Fica revogado o inciso VIII do art. 1º da Portaria ANP nº 170, de 20 de outubro de 1999.

Art. 7º O *caput* do art. 1º da Resolução ANP nº 51, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As pessoas jurídicas que desejam exercer as atividades de importação e/ou exportação de petróleo, seus derivados, metanol e biodiesel deverão solicitar autorização à ANP para o exercício da atividade, observando os requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação específica da ANP.”

Art. 8º. Fica alterado os inciso VII do art. 2º da Resolução ANP nº 48, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .........................................................

..............................................................

VII - solventes:

a) hidrocarboneto líquido derivado de frações resultantes do refino de petróleo, do processamento de gás natural ou de central de matérias-primas petroquímicas, capaz de ser utilizado como dissolvente de substâncias sólidas e/ou líquidas, puros ou em misturas, ou com potencial adulterante de combustíveis líquidos cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial superior a 25ºC e ponto final inferior a 280ºC, com exceção de qualquer tipo de gasolina, de querosene de aviação ou de óleo diesel especificados em regulamentação da ANP; ou

b) metanol."

Art. 9º. Fica concedido o prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação desta Resolução no Diário Oficial da União, para que os consumidores industriais de metanol, que desejem adquirir esse produto junto ao produtor secundário, atendam ao art. 3º da Resolução ANP nº 48, de 15 de dezembro de 2010.

Art.10 O §1º do art. 1º da Portaria ANP nº 63, de 08 de abril de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .........................................................

..............................................................

§ 1º. Compreende-se como produtor de solventes, pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de produção de solventes como produtor primário, ou como produtor secundário, nos termos da Portaria ANP nº 318, de 27 de dezembro de 2001.

Art. 11 O art. 1º da [Resolução ANP nº 17, de 31 de agosto de](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm) 2004, passa a vigorar acrescido do inciso VIII, com a seguinte redação:

“Art. 1º Os agentes a seguir relacionados ficam obrigados a enviar à ANP informações mensais sobre as suas atividades, em conformidade com o disposto nesta Resolução:

..............................................................

VIII – produtor de solventes”

Art.12 Fica concedido o prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação desta Resolução no Diário Oficial da União, para que os produtores de solventes enviem à ANP as informações mensais sobre suas atividades, em conformidade com o disposto na [Resolução ANP nº 17, de 31 de agosto de](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm) 2004.

Art. 13 O §3º do art. 6º da [Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm) 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º  ........................................................

..............................................................

§ 3º O Boletim de Conformidade deverá conter, pelo menos, os resultados das análises de massa específica, itens de especificação da destilação e teor de metanol, conforme o Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução."

Art. 14 O item 3.1 do Anexo da [Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9478.htm) 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.1. Tabela 2 - Contaminantes (1)

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARACTERÍSTICA | UNIDADE | LIMITE | | | | MÉTODO | |
| Gasolina Comum | | Gasolina Premium | |  | |
| Tipo A | Tipo C | Tipo A | Tipo C | ABNT NBR | ASTM |
| Teor de Metanol, máx. (2) | % volume | 0,5 | | | | 16041 | - |
| Chumbo, máx.(3) | g/L | 0,005 | | | | - | D3237 |
| Fósforo, máx.(3) | mg/L | 1,3 | | | | - | D3231 |

(1) Proibida a adição.

(2) O ensaio de teor de metanol deve ser realizado no etanol anidro combustível a ser utilizado na formulação da gasolina C.

(3) Devem ser medidos quando houver dúvida quanto à ocorrência de contaminação."

Art. 15 Fica excluída a nota 10 da característica teor de metanol constante da "Tabela VI - Características do EHC que deverão estar presente no Boletim de conformidade emitido pelo distribuidor de Etanol”, do Regulamento Técnico nº 2/2015, parte integrante da Resolução ANP nº 19, de 15 de abril de 2015.

Art. 16. Fica inserida a nota 21 no Regulamento Técnico nº 2/2015, parte integrante da Resolução ANP nº 19, de 15 de abril de 2015, com a seguinte redação:

“21. Proibida a adição.”

Art. 17. Fica concedido o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da publicação desta Resolução no Diário Oficial da União, para atendimento às disposições alteradas pelos arts. 13, 14, 15.

Art. 18. Os casos não contemplados nesta Resolução serão analisados pela Diretoria Colegiada da ANP.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

*Décio FABRÍCIO Oddone DA COSTA*